

ATA Nº 252/2020

1 Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às oito horas e trinta, através de
2 videoconferência, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o Conselho
3 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o
4 conselheiro: André Pinto Dalcarobo (titular da APP). Estando presentes: a secretária: Luciane
5 Ferreira Medeiros (titular da Secretaria de Assistência Social), os conselheiros de direito,
6 representantes da sociedade civil e governamentais: Fabíola Koenig Soares (suplente da Secretaria
7 de Educação), Fernando de Araújo Brasil (titular da Secretaria de indústria e comércio), Rosilene
8 Costa Antônio (titular da APAE), Hamilton Gomes de Sousa (suplente da APAE), Rosa Machado
9 Silveira (titular do CEACA), Rosineti Cardoso da Rosa (Clube Esperança), José Paulo dos Reis
10 (titular do SINTRESC), e Dafna Correa Rodrigues (titular da AJL). Ainda estiveram presentes:
11 Sumara Volpato (Conselho Tutelar), Alessandra Pascoali (Controle Interno) e Guilherme
12 Cechelero (Assessor de rede). André lembra os conselheiros de passarem na sala do CMDCA para
13 assinarem as documentações, e solicita que Sabrina auxilie no informe do item dois: Informe
14 justificativa dos conselheiros faltantes. Sabrina informa que justificaram a falta os conselheiros
15 representantes: da Polícia militar, devido à falta de efetivo devido à pandemia, da saúde: a
16 conselheira Fernanda está de férias e Dorimá em atendimento, e acrescenta que o Eliezer havia
17 justificado a ausência na reunião da comissão de normas devido estar internado no hospital devido
18 COVID-19 e acredita que ainda seja este o motivo da ausência. Rosa confirma. André diz que
19 ficou sabendo de forma extraoficial que nove policiais estavam contaminados, e que inclusive
20 pediram apoio à Tubarão, por falta de policiais de Capivari. André explica que estão tendo a
21 retomada do isolamento em algumas cidades da AMUREL, e pede que registre a sua fala em
22 consideração aos que não estão presentes, e solicita que repassem o que for decidido e pede que
23 tragam ao grupo informações sobre o estado de saúde dos afastados. André passa ao item três:
24 Reforçar informe recebimento de e-mails e ofícios no último mês, e passa a palavra à Sabrina.
25 Sabrina pede maior atenção a este item dos ofícios recebidos, explicando que tem alguns que
26 pedem maior atenção e podem solicitar alguma deliberação por parte dos conselheiros e diz que
27 esse item vem sendo passado rapidamente, porém reforça que devem se atentar aos ofícios
28 recebidos, como o do controle interno o ofício n.º 10/2020 sobre a prestação de contas dos projetos
29 da AJL em 02/10/2020; Sabrina diz que recebeu e repassou: Em 30/10/2020 e-mail da Fernanda
30 da editora amigos, propostas de orçamentos de materiais, e diz que pode ser utilizado recursos do
31 FIA; em 11/11/2020, e-mail do Wilson Reginato Jr sobre um e-book sobre Fundos Municipais
32 para crianças e idosos, e informa que já repassou também à Rosália, atual responsável pelo
33 Conselho do idoso; 11/11/2020 do CEDCA, encaminhando os vídeos do SIPIA SINASE, e
34 observa que não sabe como está a situação no município: se já estão utilizando; do SECOM/Álvaro
35 da comunicação da prefeitura, referente a resposta ao questionamento encaminhado sobre a
36 questão do problema no site, da APAE, Escoteiro, AJL e referente o anexo do edital do Fórum,
37 Sabrina informa que recebeu também por e-mail a da APP e fisicamente o do CEACA, em 17/11
38 as conselheiras tutelares encaminharam um e-mail, porém foi falado no grupo de Whatsapp que
39 tratava-se de teste, devido a capacitação sobre o SIPIA do dia 14/11/2020. MP: Solicitação de
40 documentos referente ao fórum das entidades civis do CMDCA, e de Guilherme Cechelero que
41 solicitou um atestado de capacidade técnica, que já foi encaminhado. André relembra que os
42 ofícios são encaminhados aos conselheiros através de e-mail e Whatsapp e passa ao item quatro
43 em pauta: Informe encaminhamento de resposta ao of. n.º 0541/2020/PJ/CB do Ministério público,
44 que solicita mídia e documentações acerca do fórum das entidades. André explica que esteve
45 entregando fisicamente o pendrive, com documento em pdf, e explica que devido aos protocolos
46 de recebimento devido à pandemia não conseguiu pegar o recebido fisicamente. Dafna observa
47 que houve erro de digitação, pois nesse ofício de n.º 80/2020 é mencionado que a APP São João
48 Batista tem um projeto cultural na área da música, o que contradiz a Resolução que registra a
49 entidade e o programa, onde está escrito: fanfarra. E diz que sendo fanfarra entende que é política
50 pública continuada da escola. André solicita que se verifique se tem problema essa redação e passa

51 ao item cinco: Informe sobre problema em publicar as documentações na página do CMDCA, no
52 site da prefeitura. Sabrina informa que entrou em contato com o Álvaro, responsável pela
53 comunicação que informou que o responsável da AMUREL que auxilia no TI estaria de férias, e
54 que não seria tão rápida assim a solução e explica que está trazendo para o grupo como justificativa
55 formal do porquê não está publicando as documentações do último mês no site, e caso queiram
56 encaminhar um ofício reforçando uma resolução. André sugere que seja encaminhado um ofício
57 para arrumar ou indicando outro meio de publicar as documentações do conselho. Guilherme
58 orienta que seja solicitado até quando será resolvido o problema, quando poderão ter resposta e
59 reforça a importância de colocar prazos. Guilherme diz que é importante para o conselho ter acesso
60 às informações, porém também é um meio para a população em geral ter acesso às políticas
61 públicas. Luciane pontua a importância da transparência, principalmente diante do questionamento
62 do MP. André diz que sobre esse assunto, até em virtude de ter recebido uma ligação de uma APP
63 sobre o retorno dos atos do fórum, há a importância de os atos serem publicados. Guilherme reforça
64 que devem solicitar: até quando será resolvido o problema, e quando o conselho poderá ter a
65 resposta. André sugere 48h como prazo de resposta. Rosa diz que não sabe se esse é o momento
66 de falar, porém quanto a questão dos editais o promotor está ciente, pois foi encaminhado, e diz
67 que tem outras questões mais graves a serem resolvidas pelo executivo, e diz que 48h é muito curto
68 para eles resolverem. André explica que é o prazo de resposta e não para a resolução do problema.
69 Rosa diz que se for dessa forma se abstém. Dafna acrescenta que sobre essa questão de site, que
70 envolve consultoria de TI, precisam de um tempo maior para resolver. André questiona qual a
71 sugestão. Dafna sugere cinco dias úteis, que é um prazo razoável. Rosa e Rosinetti se manifestam
72 em favor do prazo de cinco dias. André coloca em deliberação o envio de ofício solicitando
73 providências sobre o problema na página do CMDCA, no site da prefeitura. Conselheiros
74 concordam por unanimidade. André questiona o posicionamento dos demais conselheiros com
75 relação ao prazo. Hamilton diz que vai de encontro com a opinião do presidente, que 48h é para
76 que tomem ciência e respondam, porém que as providências ficam de responsabilidade deles.
77 André observa que pela maioria dos presentes fica definido o prazo de cinco dias úteis. André
78 passa ao item seis em pauta: Deliberar sobre a retificação da Resolução n.º 195/2019, que versa
79 sobre a contratação da assessoria de rede no que refere-se ao período da contratação. Sabrina
80 explica que, repassando a informação do controle interno e contabilidade: o valor de R\$ 15.000,00
81 teria que ser arrumado para onze meses e não doze meses conforme o disposto na resolução, e
82 sendo assim o valor da nota emitida por Guilherme referente aos meses: 11 e 12, segundo anotação
83 do controle interno, seria maior do que o das notas anteriores, para fechar o valor e explica que os
84 dois meses que não foi tirado nota devido à pandemia, ainda segundo eles, não serão pagos. André
85 diz que foi passado em reunião que a assessoria seria virtual, porém não houve mudança quanto à
86 carga horária, prestação de serviço. Guilherme explica que tomou como postura de não comentar,
87 e explica que fica sem graça de estar presente na sala, e diz que houve município, como Tubarão,
88 que também estava em meses, e diz que completou os meses independente do ano e saiu.
89 Guilherme diz que entende que o controle interno quer fechar o contrato até dezembro talvez
90 devido a troca para a nova gestão e não querer ficar com nada pendente do ano anterior. Guilherme
91 explica que até o momento tirou sete notas fiscais, considerando que por dois meses não houve
92 reuniões, e explica que até então os trabalhos, reuniões estavam sendo presenciais e o Guilherme
93 em conversa com o André, e pontua que não foi decisão da diretoria, mas com o presidente: André
94 que até não saber da logística da pandemia não achou justo tirar nota, pois tudo era até então muito
95 desconhecido, era uma situação nova, onde não se sabia se ia ser on-line. Guilherme faz uma
96 análise: que devido à pandemia, também foi prejudicada a assessoria, pois foi uma questão que
97 ninguém esperava que viesse e diz que fizeram muitas reuniões em 2019 e que recorda que foi
98 observação da conselheira Rosa: que o assessor chega quietinho e depois da trabalho para a rede.
99 Guilherme diz que todos, entidades governamentais e não governamentais, tiveram que se
100 reinventar e diz que quer deixar claro para que a GC formações saia com uma imagem ruim: de
101 que ganhou e não trabalhou. Guilherme diz que faz a sugestão que fechem a assessoria em
102 dezembro, tirando o valor normal mensal dos trabalhos que estão sendo realizados e explica que

103 seriam nove notas tiradas e não doze e diz que fica em aberto e que fiquem tranquilos com relação
104 a isso, pois todos foram até o momento muito respeitosos e não quer gerar polêmicas, ou discussões
105 de como se deu o final da assessoria do Guilherme, e diz que sua sugestão, por questão de ordem,
106 é o término da assessoria até dezembro. Guilherme diz que pode tirar as notas no valor normal que
107 ficará à disposição até dezembro, desse modo não precisam se questionar referente valores à mais
108 ou a menos e explica que também tem outros projetos para 2021 e reforça que a questão é fechar
109 o contrato em dezembro, para a nova gestão iniciar sem notas pendentes e diz que deste modo
110 evita problemas no presente, e observa que alguns conselheiros, que são questionadores, não estão
111 presentes. Hamilton diz que o CMDCA teve um grande ganho com a assessoria, e diz que deve
112 ser pago o valor previsto no contrato inicial, e diz que trouxe conhecimento de valor profundo,
113 sendo o assessor de uma grande humildade, e diz que não é dono do dinheiro, porém sugere manter
114 o valor total desse contrato como gratidão, e explica que se não trabalhou dois meses foi por motivo
115 maior: a pandemia e compara com a APAE que também tem vários contratos, porém não impede
116 que os professores trabalhem de forma virtual e ganhem. Rosa observa que Hamilton fez uma fala:
117 se o dinheiro fosse nosso poderia, porém diz que o promotor diz que é para tomar cuidado com o
118 que colocam no papel, e diz que no caso não é somente aprovar ou não aprovar algo, e diz que fica
119 preocupada com a legalidade disso e diz que não sabe se juridicamente isso é possível, pois
120 enquanto conselheiros são responsáveis por seus atos, e observa que às vezes vão na pilha dos
121 outros, e diz que sobre a questão da última extraordinária é de conhecimento de todos que houve
122 conflitos dentro e fora do conselho, mas depois que aprovou, aprovou. Rosa sugere que em 2021
123 tenha capacitação dos conselheiros e quem não participar também não pode participar do conselho.
124 Rosa diz que as APPs entrarão com questões posteriormente, e diz pra responder as demais que
125 pediram registro. André diz que observou a entrada da Alessandra, do controle interno e diz que
126 estão com um pedido da contabilidade de retificar o prazo da capacitação do Guilherme, através
127 de Resolução: de doze para onze meses e pede para Alessandra explicar o motivo da alteração.
128 Alessandra explica que, foi o José Anselmo, contador, quem sugeriu, e explica que é uma compra
129 direta, e terá que prestar contas, sugeriu onze meses, pois em janeiro o CMDCA não trabalha,
130 portanto a assessoria seria de fevereiro à dezembro e não fecha se o conselho coloca o orçamento,
131 e explica que apresentaram orçamentos para onze meses. Rosa diz que na pesquisa de preço foi
132 onze meses. Alessandra confirma e diz que seria algo que seria ajustado: o próprio contador: José
133 Anselmo orientou, pois outras pessoas também colocaram onze meses, sendo que os dois meses
134 em que não trabalhou foi descontado e o resto e o que trabalhou está conforme. Alessandra diz que
135 é uma questão simples, mas deve ser colocada no papel: estão ajustando para onze meses,
136 conforme a compra. Rosa diz que agora ficou claro, que tira janeiro e os dois meses que não
137 trabalhou pra dar o valor final. André explica que quando Guilherme diz André ele se refere ao
138 conselho, e explica que como presidente é o responsável atual. André reforça que foi extraído dois
139 meses, porém foi feita a readequação. Guilherme diz que quer deixar claro que preferiu não tirar
140 as notas, não porque o Guilherme não trabalhou, porque esteve disponível, a presidência o
141 consultou, porém até ver como seriam as coisas devido a pandemia preferiu não tirar. André
142 ratifica a fala do Guilherme, e diz que foram feitas consultas nesses meses, porém não teve registro
143 para comprovação. Fabíola diz que entende que o assessor estava à disposição, e diz que não vê
144 problema em serem tiradas as notas, pois estava à disposição se precisasse. Dafna sugere cuidar
145 pra não misturar o emocional com o prático e diz que passou pela mesma situação da assessoria:
146 ficou dois meses sem trabalhar, e diz que quem é empresa sabe o quanto o planejamento é
147 importante e diz que o orçamento foi furado, e diz que só pra entenderem o que estão deliberando,
148 pois não tinha ficado claro, e por isso é importante esclarecer, e diz que no parque também está
149 presente quieta em reuniões em que discutem o seu valor. Guilherme diz que é um contrato que o
150 CMDCA tem com a GC formações e deixa reforçado a fala quanto aos dois meses. André diz que
151 fica retificada a resolução n.º 195/2019, quanto a alteração do prazo de doze para onze meses para
152 questões de ajustes contábeis. Guilherme observa que deve ser colocado em deliberação. André
153 questiona os conselheiros se concordam com a alteração do prazo de doze para onze meses.
154 Conselheiros concordam por unanimidade. André passa ao item sete: Homologar o resultado do

155 fórum para o processo de escolha dos membros da sociedade civil para o biênio 2021-2022. E diz
156 que em seguida no item oito: deliberar sobre a solicitação dos membros governamentais, devido à
157 paridade, ao poder executivo para resposta no prazo não superior a 7 dias; Sabrina questiona se
158 esse questionamento não seria encaminhado somente em 2021, pois o poder executivo, de acordo
159 com a resolução do CONANDA tem até trinta dias para indicar os membros governamentais após
160 a sua posse e as entidades foram eleitas para início de mandato em 2021. Guilherme questiona se
161 pode comentar sobre o fórum. André autoriza. Guilherme diz que o fórum foi realizado no dia
162 dezoito de novembro, às 10h, através de videoconferência, onde tinham cinco entidades aptas para
163 serem conselheiros, estando presentes: a APAE, CEACA, Grupo Escoteiro, AJL e APP São João
164 Batista. Guilherme explica que as cinco entidades estavam cadastradas e aptas para votar, porém
165 não foi necessário o processo de votação, pois a APP optou por ser suplente, ficando decidido por
166 serem titulares: CEACA, AJL, APAE e Grupo Escoteiro, conforme o edital, para oficializar que
167 essas entidades sejam as próximas quatro entidades, sendo que o fórum escolheu, a plenária aprova
168 as quatro entidades civis: APAE, CEACA, Grupo Escoteiro, AJL, e a suplente: APP São João
169 Batista e explica que, em 2021-2022, e explica que se alguma entidade declinar ou sair já temos a
170 APP São João para entrar no lugar. No mais, Guilherme explica que o fórum foi tranquilo,
171 explicando que não precisou de votação, pois houve um consenso das entidades. Rosa diz que
172 gostaria de saber se vai ser encaminhada pras APPs a resposta do porquê elas não foram
173 registradas. Rosa diz que foi pedido vista do parecer da Comissão de normas que continha a tabela,
174 pelo presidente e diz que foi visto somente a questão da APP que estava presente na reunião: a São
175 João Batista. Rosa reforça que ela e sua dupla: Dafna foram eliminando as APPs de acordo com o
176 disposto na resolução do CMDCA e diz que a fanfarra não é programa, mas sim política pública.
177 Rosa diz que se existe uma comissão, a análise deve ser respeitada, e diz que analisaram em reunião
178 extraordinária, onde nem a assessoria estava presente e observa que pelos critérios do edital de
179 chamamento para o fórum a AJL poderia ter ficado de fora, pois é a com menor tempo de fundação,
180 e reforça que se existe uma comissão deve passar por ela. Rosa diz que com relação a
181 documentação solicitada, na ata diz que a APP apresentou na primeira análise e não na segunda, e
182 se chegou não chegou para a comissão analisar e diz que não são contrários à participação da APP
183 e que a sugestão da Comissão de normas foi que as APPs participassem informalmente, e questiona
184 como irão cobrar das APPs quando abrir edital para recursos do FIA. Rosa diz que fazem uma
185 resolução e daqui a pouco já não vale. E diz que conversou com o José Eduardo pra ver de colocar
186 outra pessoa para participar ou que ia participar, porém diz que ia pensar muito no momento de
187 votar. Rosa questiona qual resposta irão fazer para as APPs que não tiveram respostas. André
188 confirma com a Rosa que a pergunta é qual resposta o CMDCA dará para as APPs. Rosa explica
189 que apenas não concorda da forma que foi o fórum, mas se concordarem ok, e diz que deveria o
190 edital ter passado novamente pela Comissão de normas para atualizarem para a forma virtual, pois
191 inicialmente ia ser presencial. André diz que a APP São João Batista foi a única que procurou e
192 esteve presente em reunião, e explica que procurou e disse que todos os documentos foram
193 entregues. Rosa diz que as demais APPs não foram convidadas. André questiona à Sabrina se
194 foram. Sabrina diz que não, que foi iniciativa da APP São João procurar o conselho e participar da
195 reunião. Rosa diz que a questão é o modo como foi feito, e diz que os conselheiros, mais
196 entendidos, que não estiveram na extraordinária, questionaram. André questiona à Sabrina se a
197 APP São João Batista encaminhou as documentações no prazo. Sabrina confirma, porém diz que
198 é a Comissão de Normas quem avalia. André diz que a questão é apenas sobre o prazo de envio.
199 Sabrina confirma que foram recebidas dentro do prazo. André explica que o parecer da Comissão
200 de Normas não foi aprovado, e diz que após a segunda leva de documentos a Comissão de Normas
201 não analisou todo o documento. André diz que a APP São João foi a única que se manifestou e diz
202 que não foi desconsiderado o trabalho da Comissão de Normas, que não teve nada às pressas, e
203 que a questão das reuniões extraordinárias estão previstas no Regimento interno do CMDCA.
204 Fabíola questiona que: se as pessoas que entendem não estavam presentes na reunião, pra que
205 suplentes. Rosa diz que sabe que os suplentes devem estar cientes dos assuntos que são discutidos
206 e afirma que as documentações das APPs foram analisadas na Comissão de Normas e da APP São

207 João não chegou ata, de acordo com a ata anterior: somente na primeira leva. André alerta que não
208 foi formalizado o apontamento e pede que Rosa preste a atenção nas colocações que estão baseadas
209 em fatos e não em registros. André diz que com muito pesar, sempre pediu para os conselheiros
210 serem sucintos, pois acabam atrasando os demais assuntos em pauta, confundindo, atrapalhando o
211 fluxo de trabalho e pede que se for o caso a conselheira faça uma manifestação formal, e explica
212 que sempre buscaram ser legalistas e diz que recorda a fala do Guilherme que não quer que saia
213 com uma visão negativa da pessoa dele e que igualmente não quer que saiam com relação à
214 presidência. André explica que o fórum foi gravado, pois é papel do MP fiscalizar e reforça o pesar
215 de na penúltima reunião do ano ter essa situação. Dafna diz que estão na reunião para conversar e
216 esclarecer e diz que com relação à impugnar o fórum: não precisa disso, e que devem levar em
217 consideração que estão no final do ano, todos tem seus compromissos, estão cansados, e diz que a
218 fala da Rosa foi no sentido de melhorar os próximos. Dafna diz que, fala como relatora da
219 Comissão de Normas, e afirma que as interpretações são diferentes, e que não devem ficar com o
220 ego ferido porque alguém discordou da gente e diz que foi pedido vista do parecer, e que na sua
221 opinião deveria ter ido novamente para a Comissão de normas, mas foi direto para a plenária e diz
222 que devem tomar mais cuidado, pois foi avaliada a que esteve presente e as demais não entraram
223 em contato. Dafna questiona porque o edital não passou pela comissão de normas para adaptar
224 para a forma on-line e explica que não quer excluir a entidade, pontuando que precisam cada vez
225 mais conectar as escolas com toda a rede, e diz que devem levar em consideração o que consta no
226 ECA e Marco Regulatório, e que pequenas coisas devem prever em edital, pois todos tem
227 interpretações diferentes e diz para os conselheiros não levarem para o pessoal, pois são um grupo
228 e quando aprovam todos assinam embaixo e quando negam também. André diz que das decisões
229 sai resolução do presidente, e explica que não é questão de ego, pois é o seu nome que está nas
230 documentações, sendo o responsável pelo CMDCA e explica que foi indiciado na delegacia de
231 polícia para esclarecer questões devido ser o responsável pelo conselho e diz que as questões que
232 constam no Marco Regulatório são para parcerias, que não é o caso nesse momento que é apenas
233 o registro no conselho. Dafna diz que deve ser bem explicado, pois as APPs vem com expectativas.
234 André explica que a APP estará presente nesses dois anos para aprender e relembra que no fórum
235 foram escolhidas quatro titulares: CEACA, Grupo Escoteiro, APAE e AJL e a quinta entidade
236 ficou a APP São João Batista. André diz que faz-se a resolução com a redação que consta nas
237 inscrições das entidades. Guilherme sugere que o presidente coloque em votação. Conselheiros
238 aprovam. André diz que por unanimidade dos presentes é aprovada a homologação das entidades
239 eleitas no fórum e sugere encaminhar a resolução através de e-mails. André diz que devem
240 encaminhar a solicitação dos membros governamentais para o prefeito, para que na próxima
241 reunião possam realizar a eleição. Guilherme diz que foi aprovado o fórum, e orienta: o que
242 acontece pras entidades aprovadas, deve haver paridade com as governamentais, e relata que
243 haverá uma nova gestão, e diz que a diretoria é escolhida em dezembro de 2020 e janeiro, fevereiro
244 de 2021 a gestão já poderá encaminhar os novos representantes governamentais. E observa que,
245 levando em consideração a alternância, a presidência será governamental e vice-presidência e
246 secretária(o) não governamental. Guilherme diz que foi pontuado pela presidência que há um
247 entendimento da promotoria que deve ter eleição em dezembro, porém em janeiro o novo governo
248 assume, e explica que a questão é: se a eleição será feita em 2020 ou 2021, e diz que se perguntarem
249 para a assessoria, por questão de coerência, e a informação dada por Alessandra de que em janeiro
250 não há reuniões, é um mês parado no conselho, a orientação é que seja na primeira reunião, em
251 fevereiro de 2021, e diz que se tem uma nova gestão em janeiro, com as novas representantes
252 governamentais é um novo gás, uma nova equipe, serão oito entidades, oito conselheiros presentes
253 e diz que se o novo governo quiser trocar os representantes governamentais vai trocar,
254 independente se é uma nova gestão ou se a gestão renovou, e explica que até a Sabrina pode ser
255 trocada, mesmo sendo efetiva pode ser colocada em outro local, tendo uma nova. André diz que é
256 um entendimento do promotor e seu, e diz que devem seguir a legalidade e que o executivo tem
257 hoje como encaminhar as Secretarias, e diz que é possível, por exemplo eleger a Luciane e ela
258 continuar, pois é representante da Secretária da Assistência que é obrigatória estar presente, e

259 explica que nada impede de escolherem um conselheiro para presidente em fevereiro, e ter que
260 fazer nova eleição em março porque ele saiu. Sabrina observa que com a eleição e alteração da
261 presidência a ata deve ir para o cartório para registro e demora aproximadamente quinze dias para
262 retornar, observando que à princípio terão recesso, então alerta que a ata provavelmente ficará no
263 cartório até o retorno em janeiro de 2021 e também com relação a conta do FIA o novo presidente
264 e o possível novo Secretário de administração ainda devem atualizar os dados no banco. André diz
265 que não interessa se fará alteração em cartório, Receita Federal, banco, devem realizar. Rosa diz
266 que é bom fazer, pois se precisar, devido alguma urgência, em janeiro tem que ter um responsável
267 e sugere já solicitar ao prefeito as secretarias. Dafna diz que não saber qual a configuração, quem
268 estará respondendo se tiverem alguma urgência. Alessandra, do controle interno, diz que o governo
269 já está em transição, portanto o Vicente responde na qualidade de prefeito eleito, e diz que como
270 serão pessoas efetivas já podem solicitar, pois está em transição então ele pode responder. Sabrina
271 questiona se então direciona para o prefeito eleito. André diz que pedem ao poder executivo, e
272 pede a aprovação para o envio de ofício pedindo as representações governamentais no prazo de
273 sete dias. Guilherme diz que deve pensar que em dezembro é hora de dar tchau: a nova diretoria
274 será escolhida em dezembro, portanto sugere que conversem para que não aconteça de ao chegar
275 no dia da votação não terem os representantes do governo para serem votados, e diz que a dica
276 vale também para as entidades não governamentais, que irão permanecer as mesmas pessoas: para
277 já irem conversando pra não ficar aquele vácuo e já saberem quem serão a diretoria no biênio
278 2021-2022. André diz que pedirão a resposta em data não superior a sete dias e diz que pode fazer
279 uma conversa enquanto presidente e pede que as entidades governamentais e não-governamentais
280 conversem sobre quem irá para a presidência, que será membro governamental e vice-presidência
281 e secretaria, que será entidade civil. André pede a confirmação dos conselheiros para solicitar os
282 representantes governamentais para participar do CMDCA. Conselheiros concordam por
283 unanimidade. André diz que é em respeito ao art. 6 da Lei municipal de n.º 1.409/2011, inciso I,
284 alínea A. André passa ao item nove: Informe sobre o preenchimento do formulário, mencionado
285 em reunião anterior, pelo Comitê Gestor. André relembra que o CEDCA encaminhou o
286 questionário para acompanhamento das ações para a organização do sistema de garantia de direitos
287 da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violências, que foi respondido pelo Comitê
288 Gestor e que encaminhou o print da tela confirmando que a sua resposta foi registrada. André passa
289 ao item dez: Deliberar sobre o relatório emitido pelo Comitê Gestor da escuta especializada. André
290 explica que o relatório é o protocolo que institui o fluxograma de atendimento à criança e
291 adolescente vítima ou testemunha de violência, e explica que é o resultado das reuniões realizadas
292 pelo Comitê e diz que coloca em deliberação e que devem deliberar também sobre o prazo de
293 implantação da Escuta especializada no município, e diz que a sugestão do Comitê é de noventa
294 dias para a implantação do serviço no município. André pede a deliberação para realizar o envio
295 do documento ao executivo. Guilherme observa que no documento faltou um desenho no fluxo.
296 André diz que está na página quinze, e explica que foi simplificado, e que está nas explicações
297 seguintes. Guilherme diz que no protocolo há a explicação passo a passo, e diz que o material está
298 riquíssimo, porém reforça a observação de que falta um quadrado no desenho. André explica que
299 teria um controle nos serviços, que atuariam em conjunto: CRAS, CREAS, CT e passa ao CMDCA
300 para que recomende que seja implantado diante dos benefícios que irão trazer. Guilherme diz que
301 o CMDCA não está recomendando e sim deliberando, e alerta que o CMDCA decide, e questiona
302 se os conselheiros tem ciência de que vai mexer nas políticas públicas: tanto das governamentais
303 quanto não governamentais, e sugere que o CMDCA monitore se será executado, e diz que é ainda
304 mais importante que as entidades não governamentais monitorem até quando será feito no
305 município de Capivari. Guilherme diz que fazendo um comparativo: um pai ou uma mãe da a
306 ordem para o filho arrumar o quarto e o filho diz que já vai fazer, mas não fala quando, e orienta
307 que os próprios membros que fazem parte do CMDCA executem na prática, e diz que é algo que
308 vai mudar muito, e que o prazo sugerido é noventa dias. André diz que em 2018, segundo a lei,
309 teriam cento e oitenta dias e diz que agora que estão tendo diversos debates, encontros para os
310 municípios discutirem sobre a questão da escuta especializada, e explica que entram outras

311 questões como a promoção dos direitos e a prevenção da violência. André diz que o Conselho
312 Tutelar estará envolvido diretamente e coloca em deliberação o envio do protocolo com o prazo
313 de noventa dias para a implantação, e explica que ficará para o mês de fevereiro. Guilherme sugere
314 aumentar o prazo de noventa para cento e vinte dias, devido ter trinta dias no mês de dezembro em
315 que o prefeito ainda nem tomou posse. André diz que foi colocado noventa devido ao princípio da
316 prioridade absoluta disposto no ECA, e diz que entende que a sugestão é pertinente. Guilherme
317 diz que são duas perguntas para a aprovação: se os conselheiros aprovam o envio e aprovam o
318 prazo: de noventa ou cento e vinte dias. Guilherme diz que com esse protocolo fecham um ciclo,
319 que os trabalhos do comitê encerram e fechará com a aprovação do CMDCA. André diz que coloca
320 em deliberação o protocolo que institui o fluxograma de atendimento à criança e adolescente
321 vítima ou testemunha de violência, feito pelo grupo de trabalho comitê gestor da escuta
322 especializada e que fica então a sugestão de cento e vinte dias para o início da execução do
323 protocolo. Conselheiros concordam por unanimidade. Guilherme sugere que as entidades já
324 coloquem na agenda para ser pauta na reunião de abril: verificar a execução dessa deliberação, do
325 que foi decidido agora em novembro, ou já terão feito ou terão que retomar o assunto em abril, e
326 diz que agora não cabe retomar. André passa ao item seguinte: relatoria das demandas provindas
327 da Comissão de fiscalização do CMDCA, e observa que o relator: Vitor não está presente. Sabrina
328 diz que provavelmente está de licença e que a membro da comissão presente é a Rosinetti. André
329 questiona se Rosinetti tem alguma consideração à fazer com relação aos pareceres de n.º 04,05,06
330 e 07/2020 da Comissão. Rosinetti diz que não tem nada à falar. André diz que passará a relatoria
331 das demandas provindas da Comissão do FIA, e diz que mesmo nesse ano de pandemia
332 trabalharam e informa que ficaram definidas responsabilidades para os próximos integrantes da
333 comissão. Guilherme diz que quer deixar registrado os parabéns aos membros da comissão do FIA
334 pelo trabalho. André retorna aos pareceres da comissão de fiscalização e relembra que o Vitor já
335 havia explicado alguns pareceres em reunião passada, porém não foi deliberado. André passa a
336 palavra a relatoria da Comissão de Normas e documentos. Dafna diz que na última reunião
337 estiveram presentes discutindo apenas duas conselheiras, e posteriormente entrou mais o José
338 Eduardo e relata que tem o plano de ação e aplicação para estruturar para 2021, e a sugestão foi
339 que: ou remarcam nova data para a comissão levar para a plenária em dezembro ou conversam
340 para ter a discussão direto em plenária, lembrando que a comissão de normas está desfalcada, tem
341 o Eliezer com COVID, e ainda tem o edital de acesso ao FIA e o cancelado a ser discutido, e
342 sugere deixar para 2021, pois terão que rever. Dafna questiona se tem alguém da plenária que
343 gostaria de participar desse grupo, e diz que sugeriu até fazer presencial para compilar todos os
344 planejamentos das comissões, porém com essa nova onda de COVID acredita que não dará ou
345 pode ser também reunião extraordinária. Dafna diz que à princípio a Comissão teria de 30/11 à
346 04/12 para se reunir, mas como data limite do limite até o dia 17/12, apesar de que a Sabrina,
347 assistente administrativo pontuou que pra ela não seria interessante, pois teria pouco tempo para
348 fazer e publicar as documentações. Rosa questiona se não podem deixar para fazer em fevereiro,
349 pois nesse ano já estão se organizando para encerramento. Dafna diz que sente que estão
350 planejando no escuro, pois não sabem como ficará a questão da pandemia. Rosa diz que seria uma
351 das primeiras ações após compor o conselho, e que na reunião de fevereiro já partam para o plano
352 de ação. Guilherme diz que como pontuou a relatoria da Comissão: ou a comissão monta, podendo
353 ser pedido vistas, ou joga para a plenária e constroem juntos. Guilherme diz que a conselheira
354 Rosa entrou em outra métrica: do tempo. Rosa questionou se podem deixar para a gestão 2021-
355 2022 aquilo que deve ser discutido ou já deixam o plano pronto para a próxima gestão. Guilherme
356 sugere, que se for decisão deixar para a próxima gestão fazer o plano em 2021, que já coloquem
357 como pauta na primeira reunião de fevereiro, não deixem para março/abril. Guilherme diz que
358 sobre as ações já tem no plano decenal, nas propostas da conferência, as propostas da rede, tem o
359 relatório feito pela assessoria e diz que devem separar em gavetas, onde as gavetas são os meses,
360 e o que deve ser feito, diz que não vão discutir nesse momento quem vai fazer, mas quando. Dafna
361 diz que gostaria de retificar que são duas questões: uma votação é para saber se fazer com a
362 comissão ou plenária e outra quando. Guilherme questiona se não podem decidir em fevereiro.

363 Dafna diz que não era essa a proposta da comissão, e que já deveriam definir. Rosa pontua que
364 atualmente não está tendo quórum na comissão. Guilherme explica que mudou a métrica: de quem
365 para quando e reforça que essa questão pode ser discutida em 2021. Conselheiros concordam por
366 unanimidade. André diz que é importante deixar registrado o fundamento: atualmente não há
367 quórum para confeccionar os documentos, ficando para 2021 para a nova comissão a ser formada.
368 André coloca em deliberação a aprovação dos pareceres de n.º 04, 05, 06 e 07/2020 sobre os
369 relatórios de execução dos projetos: Guardas ambientais e Estação Cultural da AJL. André observa
370 que a Dafna não vota devido ser membro da entidade fiscalizada. Conselheiros aprovam por
371 unanimidade. André diz que ficam aprovados os pareceres da comissão de fiscalização por
372 unanimidade, se abstendo do voto a conselheira Dafna. André pede a deliberação quanto a planilha
373 de planejamento confeccionada pela comissão do FIA. Conselheiros aprovam por unanimidade.
374 André diz que sendo assim põe fim aos assuntos da pauta e abre a palavra aos conselheiros que
375 queiram se manifestar. Não havendo manifestações, André lembra que tem apenas mais uma
376 reunião ordinária em dezembro, e reforça que esse ano encerra na presidência. Guilherme observa
377 que encerra também a assessoria. Rosinete acrescenta que encerra também a participação do Clube
378 Esperança, que aprendeu muito com o conselho e sentirá saudades. Rosa sugere que continuem
379 participando como ouvintes. André diz que tiveram alguns erros, mas que aprenderam com eles.
380 Dafna acrescenta que tiveram também vários acertos. Rosa diz que se sente à vontade para colocar
381 a sua posição e o que tem em seu coração, explicando que prefere colocar no grupo do que falar
382 por trás e diz que concorda que o conselho vem caminhando e crescendo muito, sendo o mais
383 atuante do município. André acrescenta que é o melhor. Rosa diz que quer parabenizar
384 principalmente o André e o Guilherme, e diz que tiveram erros, porém também muita coisa legal,
385 conquistas de grupo, e observa que o conselho vem trabalhando bastante. Rosa diz que aproveita
386 a palavra livre para informar que o CEACA bancará um filme, e explica que não envolveu as
387 crianças nas filmagens, mas os funcionários e diz que em parceria com o CRAS, será cantado pelas
388 próprias crianças, com o nome: Maria, mãe do salvador, e informa que assim que pronto
389 encaminhará ao grupo e diz que será um presente para a comunidade. André diz que quanto ao
390 problema na publicação das documentações na página do CMDCA, a Sabrina o informou que o
391 Álvaro já se manifestou quanto ao problema, encaminhando vídeo explicativo e solicita que
392 Sabrina encaminhe no grupo. Sabrina informa que encaminhou. Conselheiros acompanham a
393 explicação. André questiona se por isso cancelam o envio do ofício que foi deliberado acerca do
394 tema. Guilherme pontua que, por questão de ordem, estão retornando a um assunto já debatido e
395 decidido. André diz que agora chegou nova informação acerca do assunto. Rosa diz que é
396 importante enviar o ofício até para deixar registrado. Conselheiros concordam. Guilherme diz que
397 tem um último apontamento à fazer: que a diretoria tome cuidado com os assuntos da pauta de
398 dezembro para ser uma reunião com ata clara e transparente e que o foco seja a eleição da diretoria,
399 portanto não é um momento oportuno de ter temas que gerem muita polêmica. André diz que já
400 estão verificando os assuntos. Sabrina informa que no mais os assuntos serão somente questão de
401 fechamento, como: o levantamento das reuniões realizadas, análise das faltas, ofícios em haver.
402 André diz que com relação ao conselheiro Eliezer estar internado, informa que já passou pela
403 doença, e diz que por estar internado deve estar grave, estimando melhoras. Rosa informa que
404 conversou com Eliezer através de vídeo e que está se recuperando, diz que está em suas orações e
405 acredita que logo estará de volta. Conselheiros se despedem. E nada mais havendo a tratar-se, foi
406 encerrada a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. E, para constar eu: Sabrina Medeiros
407 da Silva, na condição de assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida
408 e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.